

**Tempo, espaço e gênero na organização social da luta pela terra:
as resistências das mulheres**

*Geice Silva**
*Belmira Magalhães***

RESUMO

O presente ensaio é resultado de pesquisa realizada com mulheres acampadas do MST em Alagoas, no ano de 2011, pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Condição Feminina, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas e do Grupo de Pesquisa do CNPq Gênero e Emancipação Humana. Discutimos como as mulheres rurais protagonizam o processo de luta pela terra, do ponto de vista da percepção feminina sobre as tensões de gênero nas relações de trabalho e políticas. O roteiro das entrevistas acompanhou a vivacidade dos próprios relatos, a partir dos eixos trabalho e participação política, transcritas das gravações e analisadas em projeto fomentado pelo PIBIC/CNPq em 2012, a partir de literatura sociológica, feminista e da análise do discurso de linha francesa. Nesse momento, realiza-se nova análise a partir de revisão bibliográfica sobre o uso social do tempo no trabalho doméstico não remunerado. As vozes das acampadas nos trazem a relação entre as variáveis tempo, espaço e gênero em função da organização social cotidiana que sustenta a resistência do acampamento: do modo como transversalizam o trabalho para o sustento e para o cuidado com os filhos e a cooperação política entre os gêneros. Reproduz-se permanências que se consubstanciam em resistências outras, necessárias ao embate político por igualdade.

Palavras-chave: Gênero. Uso social do tempo. Trabalho doméstico não remunerado. Movimentos sociais.

* Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Profª no Instituto Tecnológico Federal de Alagoas. E-mail: silvageice@gmail.com

** Pós-doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Profª da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: brcmagalhaes@gmail.com
Os dados primários encontrados neste ensaio foram objeto de análise em projeto fomentado pelo PIBIC/CNPq – 2012. As análises do presente ensaio, contudo, são posteriores ao fomento, realizadas sob novo enfoque, a partir de revisão bibliográfica realizada pelas autoras.

No presente ensaio elegemos como objeto de estudo o uso social do tempo de trabalho doméstico não remunerado, de mulheres do âmbito rural participantes de um processo de luta pela terra; processo este na fase inicial de ocupação e acampamento. Buscamos captar através da ala dessas mulheres as tensões de gênero nas relações de trabalho e políticas.

Elencamos as resistências femininas como critério fundamental para o avanço dos processos de luta que visam a confecção de relações igualitárias, com mulheres e homens caminhando juntos antes e depois de acampar, antes e depois de assentar. Partícipes ativas de um projeto coletivo, as mulheres entrevistadas vivem uma experiência política para conseguir declarar resistência aos mandonismos oligárquicos. O acampamento, momento transitório da luta pela terra, é a primeira resistência, significa enfrentar uma série de adversidades novas, de ainda estar sem direito à terra mas daí tirar seu sustento, de ter o sono diário em alerta, em vigilância constante por não saber se o dia seguinte será de desocupação forçada, violenta.

A luta pela sobrevivência ainda requer a venda da força de trabalho na área urbana para complementar o pouco que se produz na terra transitória. Como veremos nas falas das mulheres, essa limitação é uma das dimensões que expõe os usos do tempo e do espaço pelas mulheres e pelos homens de maneira ainda bastante desigual. Os limites da condição feminina postos pelo tipo de organização social do acampamento acabam por limitar diretamente a cooperação política para a organização da luta. Contraditoriamente, a luta pela terra possibilita que o processo geral de resistência vivida pelos acampados, abra caminhos para histórias diferentes da que as famílias vivem hoje.

1- Tempo e autonomia feminina: tensões

18º REDOR
24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: **Perspectivas Feministas de Gênero:**
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



A *Segunda Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário*, ocorrida em 2013, discutiu três demandas que, segundo o Documento Nacional da Conferência, sintetizam as lutas das mulheres rurais por autonomia. São elas: “(1) a efetivação da cidadania; (2) a garantia de seus direitos econômicos; e (3) a socialização do trabalho doméstico e dos cuidados” (2013, p. 26). Os pontos 1 e 2 são pressupostos de toda a luta pelo direito à terra, não obstante, se faz necessário que as mulheres se entendam tão protagonistas quanto os homens para que os processos de luta geral em prol da agricultura familiar, sejam também processos para a conquista de sua autonomia individual, que por sua vez, deve ser compreendida como uma demanda política central de todo o movimento.

Sobre o ponto 3 do documento supracitado – “a socialização do trabalho doméstico e de cuidados” –, nossa análise infere que na verdade é este o tema que determina a garantia dos pontos 1 e 2 – “efetivação da cidadania e garantia de direitos econômicos”, respectivamente. A busca feminina por cidadania e direitos econômicos está atrelada à qualidade do avanço na igualdade entre mulheres e homens quanto ao espaço ocupado e ao uso social do tempo. A qualidade desse avanço se remete à capacidade dos questionamentos colocarem na ordem do dia a socialização do trabalho doméstico e de cuidado como um *problema político*: questionar os papéis sociais definidos por gênero, combater o machismo imperante.

O cenário dessas necessidades para a conquista da autonomia feminina, exhibe toda a fragilidade que o não enfrentamento imprime na coletividade, porque a desigualdade de gênero fragmenta, torna privado, o caráter comunitário dos problemas. Percebe-se uma urgência de ações que permitam às próprias mulheres a ampliação dessa compreensão e o enfrentamento a partir de condições sociais efetivas. O próprio Documento Nacional da Conferência cita quais seriam as medidas imediatas para se construir as condições de socialização do trabalho doméstico e do cuidado:



(i) implantar políticas estruturantes e equipamentos públicos que permitam a socialização dos cuidados e trabalhos domésticos e a superação das desigualdades oriundas da divisão sexual do trabalho mediante a construção e financiamento de creches e escolas de educação infantil no campo, com funcionamento em período integral e de outros espaços coletivos, como lavanderias, restaurantes, espaços de convivência e laboratórios de informática; e (ii) garantir, por lei e com financiamento público, as ações e os espaços de recreação infantil em todas as atividades coletivas no meio rural (como encontros e capacitações), em todos os espaços de controle, participação social e gestão de políticas públicas, assim como em espaços de educação, escolas [para] famílias agrícolas e casas familiares rurais. (2013, p. 46-47)

A observação do uso social do tempo definido por gênero apresenta a manutenção da desigualdade dos espaços ocupados por mulheres e homens em qualquer situação de convivência coletiva, e expõe, portanto, de que modo o público e o privado estão condicionados pelo tipo de organização social (re)produzida pelos sujeitos.

Para o *Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*¹,

Os estudos sobre uso do tempo são importantes para subsidiar a elaboração de políticas públicas que transfiram parte da responsabilidade pelas atividades de reprodução da sociedade das mulheres para o Estado. Equipamentos sociais e serviços como creches, restaurantes populares, lavanderias comunitárias e transporte escolar contribuem para que as mulheres aumentem seu tempo disponível para outras atividades, que incluem desde sua inserção no mercado de trabalho até o descanso e lazer.

Os estudos sobre o uso do tempo enfocam o *trabalho doméstico não remunerado*² exercido no interior das famílias, o qual inclui o exercício das atividades de cuidado com o espaço da casa e com as pessoas. Compreendemos que essas

¹"Surgiu em diálogo com a iniciativa da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - CEPAL - de criação de um Observatório de Gênero para América Latina e Caribe como estratégia de disseminação de informações acerca das desigualdades de gênero e dos direitos das mulheres com vistas a subsidiar o processo de formulação e implementação de políticas de gênero e de políticas públicas com perspectiva de gênero no país. Lançado em 8 de março de 2009, o Observatório é uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR, em parceria com outras instituições públicas, organizações da sociedade civil e organismos internacionais (...)." Disponível em <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/quem-somos>> Acesso em: 01 de set., 2014.

²Termo defendido por Bruschini (2006) para a utilização nas pesquisas sobre tempo de trabalho, principalmente nas pesquisas oficiais, para que o dado do tempo gasto com o trabalho doméstico passe a ser contabilizado.



campo, os dados acrescentam em média mais 1,2 hora do que as mulheres das áreas urbanas (BRUSCHINI, 2006, p. 344).

2- Entre a organização política e social: rupturas e continuidades

Cerca de metade da população rural do Brasil se encontra na região nordeste. Cerca de 1 milhão desse contingente localiza-se no Estado de Alagoas – mais de 32% de seus habitantes (IPEA, Situação Social nos Estados – Alagoas, 2012, p. 11). As condições socioeconômicas em Alagoas estão entre os índices mais baixos de desenvolvimento humano. A extrema pobreza é de 15, 32%, superior às médias regional (10, 99%) e nacional (5, 16%). Assim como as taxas de analfabetismo, desemprego, mortalidade infantil, dentre outras variáveis importantes. Ao passo que a fecundidade é também maior (2,72) do que no Brasil (1,90) e no Nordeste (2,12). Esse dado se relaciona diretamente com os problemas de acesso às condições básicas de saúde reprodutiva e sexual feminina, complicador fundamental para a busca das mulheres por autonomia.

Cristina Bruschini (2006) afirma “o cuidado com os filhos é uma das atividades que mais consomem o tempo de trabalho doméstico das mulheres” (p. 347). Esta é uma constatação confirmada por dados como os do IPEA (2012): o trabalho de cuidado direto é o maior componente das atividades domésticas não remuneradas. As mulheres cônjuges – isto é, aquelas que além dos filhos “têm os maridos para cuidar”, como veremos na fala das mulheres entrevistadas em nossa pesquisa – são as que trabalham o número mais elevado de horas em afazeres domésticos, seguidas pelas mulheres categorizadas como chefes de família.



Nossa pesquisa com as mulheres acampadas do MST na cidade de Atalaia, interior de Alagoas, indica a dupla resistência que essas ativistas da luta por terra devem travar diariamente. Vejamos o seguinte momento de uma entrevista:

Entrevistador - Qual foi a participação das mulheres que vocês conseguiram, foi importante...

Entrevistada H. - *Foi tudo junto, em conjunto, homem misturado com mulheres, tudo.*

Entrevistador - Mas e na organização do acampamento depois?

Entrevistada H. - *Na organização separou depois: mulher pra cozinha e homens pra trabalhar nos serviço pesado.*

Entrevistador - Montar barraca...

Entrevistada H. - *Montar barraca, procurar lenha pra fazer as comidas e a mulher é mais assim..."*

“Foi tudo junto, em conjunto, homem misturado com mulher”, indica o olhar feminino sobre sua participação política na conquista do acampamento. “Na organização separou depois: mulher pra cozinha e homens pra trabalhar no serviço pesado”, demonstra, por outro lado, a percepção de uma divisão sexual do trabalho que prepondera sobre a luta geral contra a desigualdade.

A observação sobre o cotidiano dos acampados nos possibilitou perceber a seguinte situação comparativa na divisão do trabalho: a ausência de água encanada gera a tarefa de carregamento por baldes, amplamente feita pelas mulheres, em uma área territorial do acampamento que é desnivelada, exigindo maior intensidade de uso da força de trabalho, portanto, um “serviço pesado”, mas por estar ligado às tarefas domésticas, como higiene pessoal, preparação dos alimentos, cuidado com a casa e com animais para sustento familiar, não é computado como trabalho, não é percebida como uma tarefa tão pesada que as mulheres ‘não possam fazer’, como se o corpo feminino se tivesse formado para exercê-las sem dispêndio de energia.



Da mesma forma que o capital necessita criar o fetiche da mercadoria, que apaga a participação do trabalho humano na criação da mercadoria, necessita também criar práticas ideológicas que silenciem sobre a importância do trabalho doméstico não remunerado para sua reprodução, os valores de uso efetivados por horas de trabalho da dona de casa não são computados quando do estabelecimento dos salários dos trabalhadores em geral. (MAGALHÃES, 2005).

Vejamos a entrevistada Z.:

Entrevistador - Como é tua atividade aqui no acampamento?

Entrevistada Z. - *É assim, ficar em casa e... fazer serviço doméstico, cuidar dos animais, já que meu marido não pode porque vai pra roça, aí eu quem “toma de conta”, da casa e dos animais, assim...”*

Entrevistador - Então, quando o marido da senhora vai trabalhar, como é o dia?

Entrevistada Z. - *Aí, quando ele, assim, ele vai trabalhar, ele sai de 3:00h da manhã pra ir trabalhar. Aí, quando ele chega, as coisas já tá, não todas feitas, né? Aí, boto água, trago água pra casa, pra eles tomar banho, boto água em casa... e quando, assim, quando ele chega, às vezes ele arreclama que só, porque eu não tenho feito nada e porque o fogo tá apagado [...]. “Óia, como aqui fica dentro de casa, duas mulé dentro de casa e não faz nada dentro de casa!?”*
[Reproduzindo a reclamação do marido].

O final do relato reforça a feminização e a invisibilidade da atividade doméstica, quando o marido cobra da esposa e da filha o trabalho de cuidado. Helena Hirata (2010) denominará esse trabalho não remunerado de “servidão voluntária”, discutindo a dimensão da afetividade como uma causa explicativa para o aprofundamento da desigualdade de gênero. A afetividade entre os membros da família funciona como uma justificativa para que o corpo feminino gaste sua energia na realização das tarefas: como deixar o filho sem comer, o marido sem descanso e alimento, como não cumprir essas tarefas com prazer e abnegação, já que se está no âmbito dos afetos?



O trabalho de cuidados é direto e indireto – este, quando da preparação de alimentos ou da higienização, a exemplo do momento em que a entrevistada Z. diz “*boto água, trago água pra casa, pra eles tomar banho, boto água em casa...*”. Tais atividades têm como critério o *caráter* da relação social com as pessoas. “(...) *pra eles tomar banho (...)*”, significa que essa mulher, além de trabalhar no campo (cuida dos animais) e no espaço doméstico, é cobrada (e toma para si) tarefas para a garantia não só da higiene da casa, mas também das pessoas (marido e filhos). Um dos elementos explicativos possíveis seria, portanto, a dimensão do afeto devido ao grau de interessoalidade em que essas tarefas se encerram. Para Hirata,

(...) realizar trabalho gratuito (de modalidades bastante diversas, como o **trabalho doméstico repetitivo**, o cuidado com as crianças (*care*), a gestão familiar da sociabilidade etc.) por afeto contribui para perpetuar a dominação masculina (...) (HIRATA, 2004, p. 3, grifo nosso)

Assim, a unidade na organização política inicial do acampamento não se apresenta na organização social cotidiana. Outra fala, dessa vez a entrevistada D., relata o mesmo sentido de reclamação do cônjuge visto na fala anterior:

Entrevistada D.- “[a entrevistada explica que, muitas vezes, prepara a comida no dia anterior para o marido levar pela manhã, quando vai trabalhar] *Aí, ele leva... aí, ele arreclama, ele diz: ‘mas, rapaz, tanto que eu trabalho, e essa mulher não me ajuda!’* *Aí, eu digo: ‘ôxe, e eu também!?’* **Você me ajuda a fazer as coisa de dentro de casa?’** *Ele diz: ‘não, o direito da mulher é fazer as coisa’.* *Eu digo também: ‘o direito do homem é ajudar a mulher’.* (Grifos nossos).

Como se percebe na tônica das falas, não há uma crítica da divisão das tarefas, apenas um desabafo sobre o peso das mesmas. O homem enxerga como trabalho a sua atividade, e o uso social do tempo das mulheres no trabalho doméstico como uma “ajuda”. A mulher não se cala ao ouvir a fala masculina que busca resigná-la ao espaço doméstico, por outro lado, a réplica não aponta para a divisão igualitária do uso do tempo. O sentido de “ajuda” na fala feminina denota

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



auxílio. “Ajudar”, tanto na fala masculina quanto na fala feminina expressa a manutenção dos lugares desiguais, contudo, a palavra trabalho aparece destacadamente apenas na fala feminina. A prioridade do homem seria ‘trabalhar, trazer o sustento’, logo, para ele as tarefas da casa e de cuidado com os filhos são de auxílio. A prioridade da mulher seria portanto, responsabilizar-se pelo espaço privado, e quando o homem está em casa “pode ajudar”, tendo em vista que ele já tenha cumprido a ‘jornada primordial’, já que no espaço privado as atividades seriam de caráter apenas privado, sem maiores implicações para a organização comunitária, já que cada um estaria ‘cumprindo seu papel de homem e de mulher’ tal como entende a sociedade.

A participação política das mulheres acaba por ser reproduzida sem críticas a essa divisão mesmo em movimentos que lutam contra a desigualdade. Vejamos na fala da entrevistada B. situações da relação entre divisão sexual do trabalho e participação política:

Entrevistador - Já aconteceu de o marido de alguma mulher colocar dificuldade pra ela participar?

Entrevistada B-Já, aconteceu. Sempre acontece.

Entrevistador -Mas, como é essa questão de sempre acontecer dos maridos colocarem dificuldade?

Entrevistada B- É... porque eles trabalham no campo.. aí, eles bota elas pra ir. Aí, eles trabalha no campo, às vezes, quando tem reunião pera noite, que ele chega muito cansado... que já chega 5:30h, 6:30h da noite... a reunião vai ser 8:00h, 7:00h.. **aí, eles não têm.. não têm muito tempo. Aí, quem vem é elas.** (Grifo nosso)

Após a instalação do acampamento, a separação que as mulheres constataam (cozinha e “serviço pesado”) se reproduz na organização política do espaço, a ideia é que a “reunião” é uma extensão do “serviço pesado” porque fora do que seja da casa, portanto uma tarefa eminentemente masculina, podendo ser realizada pelas

3916



Entrevistada D. - *É, ele diz: "vá, eu não vou não!" Aí, eu digo, a pois eu vou! Aí, eu tava com vontade inté de mudar o cadastro dele, eu fazer o meu cadastro pra tirar o dele, mas só que não adianta, porque eu não tenho minha identidade... (...) Tudo é eu, tudo é eu, e ele nada! Aí, eu tava dizendo a ele: "assim, é mais melhor, quando eu tirar a minha identidade eu vou mandar...".(Grifo nosso)*

Os homens estão cansados, mas as mulheres que já fizeram toda a rotina diária explicada em recortes anteriores têm sua jornada como algo “natural”, sem desempenho de energia, realizadas sem custo, talvez sustentado “pelo amor à família”. ‘Feito por amor não cansa’.

As falas dessas mulheres expressam a grande contradição do discurso sobre a mulher na sociedade contemporânea, que ao mesmo tempo convoca as mulheres ao trabalho e à conquista da autonomia financeira, mas enaltece a busca do “cara”, como enaltecido na música de Roberto Carlos – tema de uma novela da Rede Globo em horário nobre, cuja letra relaciona o amor absoluto com controle (“que conta os segundos se você demora/que está todo o tempo querendo te ver”), que “protege” (“o cara que pega você pelo braço/esbarra em quem for que interrompa seus passos/...por você ele encara o perigo). Mas como dizem nossas entrevistadas, reclama a presença (“que sentiu sua falta e reclama”) e das tarefas que a mulher não realizou para o seu bem-estar.

As mulheres podem entrar na política, serem excelentes profissionais etc., desde que assumam suas tarefas de gerenciamento e execução dos afazeres domésticos, desde que continuem lindas e bem-humoradas para receber o marido à noite, desde que os filhos não apresentem problemas na escola, logo, desde que, estejam disponíveis e com boa vontade em substituir o marido nas reuniões noturnas do movimento – ocupando um lugar que deveria ser de ambos, assim como o lugar que ocupou durante o dia... Essa é a realidade que vigora no cotidiano e que vem diretamente ao encontro da lógica capitalista de exploração do trabalho,

18º REDOR
24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: **Perspectivas Feministas de Gênero:**
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



pois mantendo ideologicamente o lugar prioritário da mulher em casa, acaba por relegar a elas os empregos mais precários, as condições de trabalho aviltantes, a reprodução da força de trabalho sem custo adicional pelo apagamento das horas gastas no trabalho doméstico não remunerado.

Conclusão

Compreendemos que o fenômeno social aqui discutido se articula as modificações na gestão do tempo econômico ocorridas nas últimas três décadas. Estas subsumiram ainda mais as formas outras de tempo social, enfraquecendo sua regulação pública, algo que se expressa pelo esvaziamento sistemático das políticas sociais (DEDECA, p. 36). A ausência de aportes coletivos públicos e gratuitos tais como creches, escolas em tempo integral, lavanderias e restaurantes – também ausentes nos locais de trabalho – é “solucionada” com a responsabilização das mulheres pelo cuidado com a família e o espaço doméstico.

Toda essa exploração é permeada pela crença de que o amor materno e a ‘afetividade própria das mulheres’ superam todos os obstáculos. Por isso, o discurso que enaltece a liberdade, o trabalho, a escolarização feminina é, ao mesmo tempo, uma fala que cria um efeito discursivo que não permite às mulheres esquecer que ‘seu lugar primordial é a casa’, que ‘seu espaço fundante é o da família’, porquanto é dessa forma que as relações de produção ainda estabelecem as relações entre os gêneros na sociedade contemporânea.

Ao conseguir que o tempo de trabalho realizado pelas mulheres nos afazeres domésticos não seja computado e nem percebido como trabalho que produz valor de uso fundamental para os seres sociais, as práticas ideológicas capitalistas que gerem as relações familiares, criadas pelas necessidades da produção e reprodução do capital, funciona para a perpetuação das desigualdades de gênero, dificultando a tomada de consciência sobre essa problemática tanto das mulheres como dos



homens, mesmo daqueles que lutam contra a exploração dos trabalhadores, como no caso estudado, dos acampados rurais participantes do MST.

REFERENCIAS

Apresentação do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Disponível em <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/quem-somos>> Acesso em: 01 de set., 2014.

BARSTED, L.; PITANGUY, J. (org.). **O progresso das mulheres no brasil 2003–2010.** Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População.** São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, 2006.

DATA POPULAR; SOS CORPO. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico – uma tensão permanente,** dez., 2012.

DEDECA, C. S. Tempo, Trabalho e Gênero. In: COSTA, A; OLIVEIRA, E. LIMA, M.; SOARES, V. (Orgs.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho.** São Paulo, CUT Brasil, 2004.

Documento de referência para a 2ª conferência nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidário - 2ª CNDRSS. Brasília-DF, abril de 2013. Disponível em:<http://www.agricultura.df.gov.br/images/Documento_de_Refer%C3%Aancia_Final_-_2CNDRSS.pdf> Acesso em: 01 de set, 2014.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudo & Pesquisas** – Informação demográfica e socioeconômica, n. 27, Rio de Janeiro: 2010.

HIRATA, H. Teorias e práticas do care: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, N.; MORENO, R. (orgs). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres.** São Paulo: SOF, 2010.

_____. Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”? **Cadernos da**

